

# IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA AO ESTUDO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DO ARQUIVO DO PROFESSOR FRANCISCO JOSÉ DE ABREU MATOS (1924-2008) DO HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**Marcela Gonçalves Teixeira<sup>1</sup>**

*marcelateixeira@id.uff.br*

**Ana Célia Rodrigues<sup>2</sup>**

*anaceliarodrigues@id.uff.br*

## Resumo

Esta comunicação discute a importância do estudo da identificação arquivística para a análise do acervo arquivístico do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará, especificamente do arquivo do professor e pesquisador Francisco José de Abreu Matos, idealizador do Programa “Farmácias Vivas”. O presente estudo tem por objetivo analisar a gênese dos documentos que compõem o arquivo do pesquisador, revelando os atributos que conferem identidade aos documentos e o seu vínculo arquivístico, que está diretamente relacionado aos procedimentos que lhe deram origem, sua natureza e funções e que caracterizam a proposta desta investigação que aplica a metodologia da identificação arquivística para estudar um conjunto documental tão específico como o do “arquivo científico”. Nesta perspectiva, contextualiza os limites tênues entre o arquivo público e o arquivo privado, desafio que se intensifica diante das especificidades desses documentos dos arquivos científicos para definir o produtor do fundo. Os documentos que fazem parte desse acervo são resultantes do trabalho cotidiano do professor e pesquisador Matos e se entrelaçam entre os documentos de cunho pessoal (privado) e institucional (público), corroborando para que o pessoal possa vir integrar o institucional de acordo com a importância e vínculo do titular com a instituição depositária. O arquivo é composto por documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, e outros documentos resultantes de homenagens e honrarias. O pesquisador foi precursor de programas de fitoterapia no Brasil, idealizador na Universidade Federal do Ceará (UFC) do programa “Farmácias Vivas”, voltado a assistência social farmacêutica a partir do emprego científico de plantas medicinais acessíveis, sobretudo à população carente, tornando-se por sua vez referência para o nordeste brasileiro com repercussão nos estudos da Farmacologia e reconhecimento da ciência no âmbito nacional e internacional. Apesar de sua grande visibilidade seja como docente, pesquisador e/ou gestor, identificar e tratar esse conjunto de documentos que comprova cientificamente o saber popular em ações fitoterápicas da farmacopeia brasileira é assumir a tarefa de tornar os conhecimentos empíricos por ele registrados nos documentos que compõem o arquivo, em conteúdos que promovam a popularização da ciência. Neste âmbito, o arquivista deve compreender a produção documental realizada pelos cientistas em suas mais diversas áreas de pesquisa ao mesmo tempo em que o cientista deve ter ciência sobre a importância do trabalho do arquivista e de sua metodologia no que tange aos procedimentos de identificação, classificação e descrição desses documentos para melhor salvaguardá-los e torná-los acessíveis. É preciso questionar a relação que os cientistas mantêm com os documentos produzidos nos laboratórios, o que justifica a escolha da metodologia de identificação arquivística, que tem por objeto de estudos o órgão produtor associado ao estudo da tipologia documental, o que tem motivado os profissionais da área a repensarem os procedimentos para o tratamento de documentos acumulados nos arquivos buscando a melhor forma de estudar e compreender as relações que os documentos mantêm com a sua origem. A compreensão do trabalho do cientista e do trabalho do arquivista são desafios a serem transpostos, por um lado, o arquivista deve estar preparado a trabalhar com a documentação resultante das práticas científicas independentemente da área do produtor, contribuindo para um melhor tratamento do arquivo, difusão e construção da memória da ciência. Ao mesmo tempo, o cientista deve melhor compreender o trabalho do arquivista atuando junto ao mesmo desde o momento da criação da documentação de modo

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Brasil.

que o arquivista possa promover procedimentos de gestão, preservação e acesso ao seu conteúdo que muitas vezes estão dispersos no laboratório.

**Palavras-chave:** Identificação arquivística, Tipologia documental, Arquivos de laboratório, Arquivos científicos.

## 1 INTRODUÇÃO

Os laboratórios constituem um grande campo de produção de conhecimento liderado por cientistas que contribuem para a sociedade e a própria história da ciência. É o caso do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará (UFC) professor Francisco José de Abreu Matos cujo trabalho de valor inestimável iniciado pelo professor Matos (1924-2008) resultou em realização de pesquisas de assistência social farmacêutica de forma a atender e popularizar o conhecimento científico quanto ao uso correto das plantas medicinais, sobretudo à população mais carente.

No entanto, os laboratórios possuem uma vasta quantidade de documentos e informações que nem sempre são gerenciados e tratados organicamente seguindo os critérios arquivísticos. No Laboratório de Produtos Naturais (LPN/UFC) localizado no Horto da Universidade não é diferente. Os documentos estão acumulados e dispersos entre as salas, bancadas, armários e gavetas do laboratório. A maior parte dos documentos são produtos das atividades laborais de seu principal pesquisador, o professor Matos, precursor de programas de fitoterapia no Brasil, idealizador na Universidade Federal do Ceará (UFC) do programa “Farmácias Vivas”, que transformou o conhecimento empírico da utilização e eficácia das plantas medicinais em conhecimento científico popularizando o seu acesso e uso, tornando-se por sua vez referência para o nordeste brasileiro com repercussão nos estudos da Farmacologia e reconhecimento da ciência no âmbito nacional e internacional.

O presente arquivo é composto por documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, e também resultantes de homenagens e honrarias concedidas ao professor Matos. A grande maioria pode ser livremente consultada, porém não está tratada arquivisticamente o que compromete a sua identificação, acesso e uso. Os documentos precisam ser controlados desde o momento de sua criação, pois o documento de arquivo tem uma relação intrínseca com o órgão que o produziu e só podem ser compreendidos dentro desse contexto.

No arquivo do Horto, os documentos são consequências da fundamentação teórica das práticas realizadas por seus pesquisadores. Os registros dessas atividades auxiliam nas tomadas de decisões que lhe deram origem.

Essas informações produzidas decorrentes de estudos e práticas em laboratório no ambiente universitário é algo pouco conhecido ou divulgado na sociedade. Geralmente o acesso se restringe a publicações parciais ou finais da pesquisa por meio de relatórios, de livros e artigos científicos, ou seja, sem o contato direto com as fontes primárias, que são os documentos produzidos na rotina das atividades de pesquisa no laboratório.

Este artigo tem como objetivo analisar a gênese dos documentos que compõem o arquivo do pesquisador, revelando os atributos que conferem identidade aos documentos e o seu vínculo arquivístico. Ou seja, está diretamente relacionado aos procedimentos que lhe deram origem, sua natureza e funções e que caracterizam a proposta desta investigação que aplica a metodologia da identificação arquivística para estudar um conjunto documental tão específico como o do “arquivo científico”.

Discute ainda questões que debatem sobre a gênese do fundo, as fronteiras entre o arquivo público e o privado, assim como ainda questiona a definição e características do próprio arquivo, se é considerado um arquivo de cientista, arquivo científico ou se traz consigo as características de um arquivo institucional. Afinal, o que é essa acumulação? Essa discussão sobre a dispersão do fundo é direcionada por meio dos estudos sobre o órgão produtor no seu contexto de produção e de seus próprios documentos que no caso do Horto é dada na fase de acumulação com a finalidade de reconstruir sua proveniência e organicidade como lógica da produção e dos procedimentos administrativos que os determinaram.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória por estar em fase inicial de investigação, bibliográfica e documental e no campo empírico trata-se de um estudo de caso proposto a validar a metodologia de identificação arquivística com abordagem qualitativa que se desenvolve aliando uma dimensão teórica a uma aplicada.

O estudo é baseado na metodologia de identificação arquivística considerado um processo analítico dos documentos do tipo intelectual sustentado pelo trabalho de

investigação e análise crítica sobre os elementos da gênese do fundo que o compõem baseados nos parâmetros da Diplomática e da Tipologia documental.

## 2 A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA GÊNESE DOCUMENTAL

Na Diplomática clássica o documento passa por sua vez a ser estudado a partir da forma que lhe deu origem, ou seja, a partir de sua gênese (*actio*<sup>3</sup> e *conscriptio*<sup>4</sup>). Os diplomatas clássicos só estudavam os documentos juridicamente válidos. Em meados do século XX, na década de 50 na França, Tessier (1952) defende a expansão do objeto da Diplomática para além dos documentos de natureza jurídica e para além dos documentos medievais, ou seja, há pela primeira vez uma intervenção de se expandir o objeto para além da natureza e de objetivos que até então eram muito específicos.

Revisitando a Diplomática, Tessier (1952) faz a crítica dos documentos para comparar as atividades que são idênticas e que remete ao próprio conceito de documento de arquivo já que o documento é produto de uma ação. Enquanto que os diplomatas clássicos só estudavam os documentos juridicamente válidos, anos depois Bautier (1961) amplia essa questão ao defender que o documento deve ser analisado como parte integrante de um conjunto de documentos caracterizando os documentos diplomáticos como documentos de arquivo. Esse documento deve ser compreendido como uma peça dentro de um conjunto, ou seja, o documento não deve ser compreendido fora de seu contexto à luz da Arquivologia. “Um documento de arquivo é um documento mantido por uma instituição, família ou pessoa como informação ou testemunho de suas atividades, direitos e obrigações.” (BARBADILLO ALONSO, 2007, p. 1).

---

<sup>3</sup> *Actio*: Ação, fato, ato. *Actio* pode ser mais profundamente considerada como ação ou atuação da parte ou das partes interessadas na criação, modificação ou extinção de uma determinada situação jurídica (BELLOTTO, 2002, p. 33).

<sup>4</sup> *Conscriptio*: transferência para suporte e meio semântico e juridicamente credível. A *conscriptio* pode ser vista como a passagem para o escrito, sob condições juridicamente válidas, dessa atuação das partes (a própria etimologia da palavra o explica: de *conscribo*, consignar por escrito). (BELLOTTO, 2002, p. 33).

No contexto destas discussões sobre a renovação da Diplomática como parâmetro para reconhecer o documento de arquivo, a identificação arquivística é uma metodologia que está amparada nos parâmetros do rigor científico, apresentando um conjunto de atividades integradas. Tem como aporte teórico a Diplomática e a Tipologia Documental, desde o momento da criação dos documentos ou no reconhecimento dos mesmos em suas massas documentais acumuladas. Surge como uma necessidade para o tratamento de arquivos dispersos, sobretudo na Europa.

Grupos de trabalho nascem na Espanha coordenados por Maria Luiza Conde Villa Verde (1992), no qual estabelecem a identificação como prioridade antes mesmo das fases de classificação, avaliação, descrição, difusão ou de qualquer outra função arquivística. Na Espanha, a identificação é uma fase da metodologia arquivística utilizada, sobretudo para resolver o problema de acumulação de documentos, sendo comum também nos demais países ibero-americanos. O pioneirismo do Grupo de Arquivistas de Madrid impulsionou a criação em 1989 Grupo Ibero-americano de Tratamento de Arquivos Administrativos (GITAA, 1989-1996), até então formados pelos países da Espanha, Portugal, Brasil e México, na busca de uma metodologia para a resolução dos problemas de acumulação de fundos entre os respectivos países, participando por sua vez na formulação do termo e do conceito de identificação, conforme Mendo Carmona (2004, p. 41, tradução nossa) argumenta:

Tal definição foi sendo desenvolvida em reuniões profissionais para discutirem a realidade constante nos arquivos desses países com larga tradição administrativa e arquivística, cujos procedimentos administrativos e práticas diárias não tinham se preocupado com a transferência sistemática de seus fundos documentais, acumulando fundos indiscriminadamente nos depósitos de arquivos. (MENDO CARMONA, 2004, p. 41).

Nas décadas de 80 e 90 do séc. XX o mundo europeu apresentava muito mais problemas de acumulação de arquivos do que propriamente de produção e gestão de documentos. Nos debates internacionais mencionava-se a necessidade da aproximação com as primeiras fases do ciclo de vida dos documentos mediado pela intervenção do arquivista. O mundo ibero-americano estava buscando soluções para intervir no problema de acumulação de documentos. Ao mesmo tempo, a classificação, a avaliação e a produção de documentos em meio eletrônico passam a

fazer parte do debate arquivístico nessa mesma época. E com esse cenário, há um momento propício não só pra rever os métodos de trabalho, mas para reafirmar as bases epistemológicas da arquivística respaldadas pela discussão sobre o estatuto do documento. Nesta ocasião, surge o Grupo Ibero-americano de Gestão de Documentos Administrativos, com a participação da Espanha, Brasil, Costa Rica, Cuba, México, Colômbia e Portugal, grupo de investigação arquivística que desempenhou atividades com o objetivo de analisar as características comuns e as peculiaridades da arquivística ibero-americana no que se concerne à gestão de documentos, cujos estudos resultaram na formulação do conceito e da metodologia da identificação.

Nesse sentido, a proveniência e a organicidade são dois princípios estruturadores do conhecimento arquivístico, sustentam esta nova perspectiva para reconhecer o documento de arquivo, denominada identificação. Considerando os fundamentos teóricos da Diplomática e da Tipologia Documental é preciso fazer o reconhecimento desses documentos seja na fase de acumulação, seja na fase de produção, identificando por sua vez a Tipologia documental que é considerada o campo do estudo científico para o estudo dos tipos documentais e esses por sua vez é a conformação assumida pela espécie documental de acordo com a atividade que o gerou. Há, portanto uma necessidade de pesquisar as instituições produtoras os documentos com a finalidade de reconhecer o objeto a ser tratado, ou produzido. Surge então a identificação nesse contexto.

Esse termo passa a ser muito usual na Espanha em decorrência de experiências de aplicação dessa metodologia e da formulação e definição do conceito de identificação que conforme Mendo Carmona (2004), foi legitimada nas *Actas de las Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación de Fondos Documentales de las Administraciones Públicas*<sup>5</sup>, realizadas em 1991, em Madrid, na Espanha, no qual o conceito passou a integrar o *Diccionario de Terminología Archivística de España* que define como “*fase del tratamiento archivístico que consiste en la investigación y sistematización de categorías administrativas y archivísticas en que se sustenta la estructura de un fondo*” (DTA, 1995). No cenário

---

<sup>5</sup> ACTAS DE LAS PRIMERAS JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA INVESTIGACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PÚBLICAS. Madrid: *Dirección de los Archivos Estatales*, 1992, 564 p.

internacional, o conceito e a metodologia provenientes do Grupo Ibero-americano de Gestão de Documentos Administrativos, composto por Brasil, México, Espanha e Portugal, foram incorporados pelo Conselho Internacional de Arquivos, CIA em meados de 90. Neste contexto, a identificação foi entendida como o “processo de investigação e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo, sendo um dos objetivos principais é garantir a avaliação das séries de documentais” (MENDO CARMONA, 2004, p. 40-41).

Antonia Heredia Herrera (1999), assim como outros autores como Maria Luisa Conde Villaverde (1992), José Luiz La Torre Merino e Mercedes Martín – Palomino y Benito (2000), Ramón Alberch i Fugueras (2003) e Concepción Carmona Mendo (2004) defendem a identificação como:

é a primeira fase da gestão documental vinculada ao uso administrativo da documentação e que deve ser compreendida como uma etapa perfeitamente definida, diferenciada e sucessiva de tratamento arquivístico, é a primeira intervenção que o profissional da área deve fazer. (HERRERA, 1999, p.88).

Na Espanha a legislação vigente associada ao funcionamento dos sistemas de arquivos, permitiram o reconhecimento da importância da metodologia da identificação aplicada ao tratamento de documentos de arquivo e a colocaram em destaque na prática arquivística.

A divulgação dos estudos do Grupo de Arquivistas Municipais de Madrid, elaborado por Heloisa Liberalli Belloto (1982 e 1990), influenciou as “práticas desenvolvidas especificamente no que se refere à identificação de documentos na fase de produção”.

No Brasil, os documentos encontravam-se dispersos, sem identificação de seus fundos, acumulados aleatoriamente sem nenhum critério arquivístico, ocasionando por sua vez o comprometimento de sua organicidade e integridade.

Para tentar solucionar esse problema, são desenvolvidas experiências no Arquivo Nacional oriundas dos Grupos de Identificação de Fundos Internos (GIFI) e de Fundos Externos (GIFE) que segundo Rodrigues (2008, p. 72) “para solucionar as questões de transferências e recolhimentos de fundos, assim como a metodologia de levantamento da produção documental desenvolvida para fins de avaliação de documentos no Ministério da Agricultura”.

Paralelo ao trabalho desses dois grupos há no Arquivo Nacional nesse período, um projeto piloto de gestão de documentos que foi desenvolvido no Ministério da Agricultura pela Divisão de Pré-Arquivo coordenado por José Maria desenvolvendo um formulário de levantamento da produção documental. Enquanto que os grupos GIFI e GIFE desenvolveram manuais de identificação. São consideradas importantes produções, pois eles influenciaram muitas práticas arquivísticas nos arquivos brasileiros, referência para o conceito de identificação que consta do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) que define como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”. (DIBRATE, 2005, p. 104)

Portanto, a identificação se caracteriza como o momento da metodologia arquivística em que produzimos conhecimento arquivístico, com base nos parâmetros preconizados pela Diplomática e Tipologia documental. Na identificação é realizado um processo de reconhecimento de um objeto de estudos no campo teórico dos arquivos. A identificação é sempre necessária, seja pra pensar a acumulação de documentos e solucionar esse problema, seja para pensar a gestão desde a fase de criação dos documentos.

A identificação é uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista. Um metodologia de pesquisa que se desenvolve nos parâmetros do rigor científico, como tarefa preliminar e necessária às funções arquivísticas de classificação, avaliação, descrição e também para o planejamento da produção documental. (RODRIGUES, 2012, p. 197-198).

Trata-se da pesquisa sobre o órgão produtor e os seus documentos. Tem natureza intelectual, pois estuda a gênese documental, ou seja, o seu contexto de produção e Tipologia documental estabelecendo o vínculo arquivístico, que reflete especificamente a natureza orgânica dos documentos em seu conjunto. Dessa forma, a identificação como metodologia se desenvolve a partir de dois objetos de estudos: do órgão produtor, que permite reconhecer as competências, funções, atividades e tarefas que originaram a Tipologia Documental, seu segundo objeto, base para o agrupamento e a denominação da série documental, que e reflete no conjunto dos tipos documentais idêntico modo de produção e tramitação. A Tipologia documental, enquanto objeto de estudos da identificação arquivística, estuda as espécies

documentais contextualizadas, fundamentada na proveniência como base para o reconhecimento dos documentos dentro deste contexto.

O instrumento de estudo de identificação do órgão produtor para a análise do contexto de produção dos documentos, permitindo a classificação da tipologia documental o sugerido por Rodrigues e Dévaki (2012).

Quadro 1 – Formulário de Estudo de Identificação de Órgão Produtor

| ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DE ÓRGÃO PRODUTOR |             |        |            |                 |
|-------------------------------------------|-------------|--------|------------|-----------------|
| Área                                      | Competência | Função | Atividades | Tipo documental |
|                                           |             |        |            |                 |

Fonte: RODRIGUES; DÉVAKI (2012, p.6).

O estudo de identificação do órgão produtor, conforme Villa Verde (1992) indica, permitirá

conhecer os documentos que conformam cada tipo documental, as unidades que intervêm no trâmite, o número de cópias que se produz, os que se conservam e onde, assim como a existência de documentos cujos dados sejam registrados em outros documentos. (CONDE VILLAVERDE, 1992, p. 43).

A identificação é uma inovação metodológica com rigor científico, selecionando, sistematizando e registrando fontes de informações fundamentais para a coleta de dados sobre o estudo do órgão produtor e dos documentos produzidos e acumulados neste contexto. É fundamental fazer relação com a unidade administrativa do órgão por meio do reconhecimento dos elementos funcionais e orgânicos da identificação.

No caso do arquivo do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará professor Francisco José de Abreu Matos, os procedimentos de identificação serão aplicados na fase da acumulação com a finalidade de reconstruir sua proveniência e organicidade como lógica da produção e dos procedimentos administrativos que os determinaram. Seu principal acervo é proveniente do Programa Farmácias Vivas, criado e coordenado pelo professor Matos com o objetivo de reconhecer por meio da ciência o uso e manipulação correta das plantas medicinais para dar acesso à população aos seus principais benefícios.

Neste sentido, a escolha da identificação arquivística como metodologia de pesquisa para esse arquivo, tem por finalidade de compreender este contexto de produção, as competências, funções, atividades, tarefas e procedimentos realizados pelo Horto de Plantas Medicinais, e seus respectivos documentos. É realizada por meio de estudos em fontes documentais específicas, como a legislação do período abrangido pelo arquivo acumulado e quando necessário, serão complementados por entrevistas com os gestores, compreendendo dessa forma o menor nível da ação que se concretiza em seus documentos.

### **3 HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O LEGADO DO PROFESSOR MATOS E DE SEUS DOCUMENTOS DE ARQUIVO**

Os documentos, como registros de informações produzidas decorrentes de estudos e práticas em laboratório no ambiente universitário é algo pouco conhecido ou divulgado na sociedade de forma mais ampla. Geralmente o acesso se restringe a publicações parciais ou finais da pesquisa por meio de relatórios, publicações de livros e artigos científicos, ou seja, sem o contato direto com as fontes primárias. O maior desafio é conseguir identificar arquivisticamente e contextualizar adequadamente uma documentação tão específica como a popularmente conhecida como “arquivo científico”.

Com o avanço da Fitoterapia, ou seja, do uso das plantas como atividade medicinal o mundo científico se volta ao autocuidado e uma das primeiras discussões sobre o tema foi realizada na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde<sup>6</sup>, realizada em Alma-Ata (1978), que possibilitou à Organização Mundial de Saúde (OMS) a incentivar países como o Brasil, ou seja, em desenvolvimento, a investirem na área das pesquisas com plantas medicinais, pois cerca de 80% da população no mundo depende da medicina tradicional para suas necessidades básicas

---

<sup>6</sup> Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde; 6-12 de setembro 1978; Alma-Ata; USSR. In: Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. Declaração de Alma-Ata; Carta de Ottawa; Declaração de Adelaide; Declaração de Sundsvall; Declaração de Santafé de Bogotá; Declaração de Jacarta; Rede de Megapaíses; Declaração do México. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2001. p. 15.

de saúde e quase 85% da medicina tradicional envolve o uso de plantas medicinais, seus extratos vegetais e seus princípios ativos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011). A partir da Constituição Federal de 1988, a saúde passou a ser um direito do cidadão e um dever do Estado (Brasil, 1988), com a concepção do Sistema Único de Saúde (SUS), através da Lei nº 8.080/90 (Brasil, 1990), tendo como base os princípios da universalidade, integralidade assistencial, promoção da saúde e participação da comunidade.

O SUS por sua vez gerou impactos diretamente na política brasileira de plantas medicinais como a Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPIC) criada por meio da Portaria nº 971 de 3 de Maio de 2006 com ênfase na atenção básica, voltada para o autocuidado, humanizado e integral em saúde e o desenvolvimento sustentável de comunidades como a homeopatia, o uso correto das plantas medicinais/fitoterapia, medicina tradicional chinesa/acupuntura, medicina antroposófica (corpo físico, neurossensorial), termalismo/crenoterapia com a utilização de águas termais e um conjunto de rituais à base de produtos naturais, como vapores, gases e lama.

Nesse mesmo sentido, é realizado o marco regulatório da fitoterapia brasileira com a implantação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) por meio do Decreto nº 5.813/2006. Essas ações são voltadas à garantia do acesso e uso racional das plantas medicinais e fitoterápicos que estão voltados a proporcionar à população o acesso seguro, eficaz e de qualidade a essa terapêutica.

Essas diretrizes são amparadas pelo Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – PNPMF (BRASIL, 2009) que conforme Pereira et al (2015) oficializou a importância dessa terapêutica para o desenvolvimento de fármacos modernos e eficazes no Brasil, reconhecendo a importância das plantas medicinais para a promoção da saúde. Visa ainda a capacitação técnico-científica de recursos humanos para formar profissionais aptos a proporcionarem à população o acesso às plantas medicinais e fitoterápicos com segurança, eficácia e qualidade.

Paralelo às consolidações de políticas públicas brasileiras neste âmbito, está um dos precursores da Fitoterapia no Brasil, o saudoso professor da Universidade Federal do Ceará, Francisco José de Abreu Matos, idealizador na Universidade

Federal do Ceará (UFC) do programa voltado à assistência social farmacêutica a partir do emprego científico de plantas medicinais acessíveis, sobretudo à população carente, tornando-se por sua vez referência para o nordeste brasileiro com repercussão nos estudos da Farmacologia e reconhecimento da ciência no âmbito nacional e internacional.

Motivado pelo sucesso do serviço de fitoterapia, o projeto criado pelo professor Matos denominado “Farmácias Vivas”, serviu de inspiração ao Sistema Único de Saúde (SUS) para a inserção de estudo e aplicabilidade das plantas medicinais na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. O Programa foi consolidado em 2010, com a institucionalização da Farmácia Viva<sup>7</sup> no âmbito do SUS e posteriormente na portaria criada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que delibera sobre as boas práticas do uso de plantas medicinais em farmácias vivas no âmbito do SUS. A fitoterapia tradicionalmente utilizada de forma empírica passa a ser oficial e validada cientificamente. O uso de plantas medicinais, no âmbito da legislação brasileira, baseia-se nos princípios de segurança e eficácia, validados por meio de levantamentos etnofarmacológicos, documentações técnico-científicas ou ensaios clínicos, conforme consta na Resolução da Diretoria Colegiada – ANVISA<sup>8</sup>. O maior legado do professor Matos, o programa “Farmácias Vivas” referenda a utilização de plantas medicinais para o tratamento e prevenção de doenças na atenção básica de saúde, onde constam pesquisas que relatam o embasamento científico da fitoterapia, sua composição, forma correta de utilização e eficácia. Matos (1998), destaca que nos países em desenvolvimento, 80% da população não dispõe de recursos para a aquisição de medicamentos receitados,

---

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 886, de 20 de abril de 2010**. Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), 2010. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt0886\\_20\\_04\\_2010.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt0886_20_04_2010.html). Acesso em 13 mar. 2019.

<sup>8</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26**, de 13 de maio de 2014. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026\\_13\\_05\\_2014.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026_13_05_2014.pdf). Acesso em: 22 abr. 2019.

recorrendo ao preparo e utilização de forma empírica das plantas medicinais presentes em sua região.

A população do bioma Caatinga do Nordeste do Brasil utiliza as plantas medicinais no autocuidado, particularmente no tratamento e sintomas gerais de doenças. A Etnofarmacopeia presente no Horto de Plantas Medicinais da UFC professor Francisco José de Abreu Matos Matos tem valores cultural, científico e ecológico incalculáveis, revelando plantas medicinais etnoculturais importantes que merecem atenção especial, sendo uma importante ferramenta de bioprospecção e de fortalecimento da fitoterapia com espécies vegetais da Caatinga.

Ao longo das últimas décadas, o trabalho do professor Francisco José de Abreu Matos resultou na criação, produção e acumulação de documentos, produtos de suas atividades laborais como docente e pesquisador e de sua vida pessoal decorrente de homenagens e honrarias ao longo de sua trajetória. O professor Matos utilizava vários instrumentos de trabalho, como o caderno de campo, “caderno de dimensões variáveis, utilizado por pesquisadores de diversas áreas para registrar observações de natureza técnica ou científica, durante o trabalho de campo” (SILVA, p. 20, 2014), onde registrava em forma de relatórios e fichas, bem como coletava e classificava diversas plantas com informações relevantes sobre a sua eficácia, uso terapêutico, nome popular, nome científico, entre outros dados. Destaca-se ainda o caderno de laboratório, instrumento no qual os diversos pesquisadores que atuam no laboratório de pesquisa registram as suas atividades cotidianamente, formando uma espécie de diário para que todos possam se inteirar das informações dando continuidade aos procedimentos.

Caderno de laboratório: caderno de dimensões variáveis utilizado por pesquisadores para registrar hipóteses, experimentos, análises, interpretações e trabalhos conduzidos pelo laboratório. É uma ferramenta onde se registra tudo o que ocorreu no trabalho, incluindo informações rotineiras das atividades, como objetivo de organização, rastreamento, memória, correções e, ainda, de proteção à propriedade intelectual. Pode ser utilizado em formato eletrônico comumente chamado LOGBOOK. Substitui caderno de bordo, caderno de experimento, *logbook*, caderno de pesquisa, caderno do técnico, caderno pessoal, diário de bordo. (SILVA, p. 21, 2014).

Mesmo após seu falecimento em 2008, a equipe do Horto deu continuidade às suas pesquisas que estão dispersas tanto no arquivo da Instituição, quanto na

residência de seus familiares, assim como há também documentos pessoais dispersos no arquivo. Essa é uma prática comum dos cientistas que têm os ambientes de laboratório como uma extensão de sua vida acadêmica e particular.

Os arquivos pessoais de cientistas, artistas e políticos constituem matéria privilegiada para que se possam compreender os processos de conhecimento, criação e decisão, razão por que, aliás, têm sido objeto de iniciativas de recolhimento por instituições diversas (CAMARGO; GOULART, 2007, p.50).

Essas discussões trazem à tona o debate sobre a gênese desse fundo, mais especificamente a sua identificação para recolhimento e posterior tratamento dos conjuntos documentais acumulados. Nesta perspectiva, algumas questões se colocam para o debate: quais os limites, tênues, entre o arquivo público e o privado? Trata-se, de um arquivo do cientista, de arquivo científico ou pode ser caracterizado como um arquivo institucional? Este problema de acumulação observado, decorrente da dispersão do fundo a ser analisado, tem implicações na definição da gênese, pois poderia ser considerado um arquivo privado ou institucional, ou seja, pertencente ao Horto. Esta questão só será solucionada por meio de estudos do órgão produtor, da natureza das suas atribuições e da Tipologia documental produzida e acumulada, razão pela qual a metodologia de identificação arquivística é a mais indicada por conferir rigor científico para estes estudos.

Outra discussão no campo da ciência a ser analisada busca compreender o trabalho do cientista e do arquivista como desafios a serem transpostos.

Welfelé (2004, p. 66) argumenta que “é necessário o intercâmbio entre os produtores (pesquisadores das ciências) e os arquivistas formados nesse campo”. O arquivista não precisa ser *expert* na área de referência da documentação, mas, no entanto deve compreender o seu contexto de produção, a sua atividade e a ação que o documento cumpriu. A proveniência é a base para o reconhecimento dos documentos dentro do contexto. “Não acredito que o arquivista precise entender a ciência. O que o arquivista precisa entender é a maneira como o cientista trabalha e a consequente documentação produzida. O arquivista precisa reconhecer o processo, não o conteúdo”. (HARPER, 2005, p. 62–63).

Por um lado, o arquivista deve estar preparado para trabalhar com a documentação resultante das práticas científicas independentemente da área do

produtor, contribuindo para um melhor tratamento do arquivo, difusão e construção da memória da ciência. Ao mesmo tempo, o cientista deve melhor compreender o trabalho do arquivista atuando junto ao mesmo desde o momento da criação da documentação de modo que o arquivista possa promover procedimentos de gestão, preservação e acesso ao seu conteúdo que muitas vezes estão dispersos no laboratório.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção documental científica é ampla e a diversidade desses tipos documentais é um universo ainda a ser explorado. É preciso fazer análise documental, estudar a estrutura do documento, seus elementos identificadores e as relações registradas no contexto de sua produção, fazendo um processo de reconhecimento do objeto de estudos no campo teórico dos arquivos.

Assim, é preciso desenvolver estudos acerca da identificação arquivística, promovendo ações que possam contribuir para o estudo da gênese dos documentos do arquivo do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará, sobretudo do arquivo que constitui o Programa Farmácias Vivas, idealizado pelo professor Matos. Ao aplicar os procedimentos de identificação arquivística nos documentos acumulados, é possível reconstituir a sua proveniência e organicidade, ou seja, ~~sua~~ a lógica da sua produção. Dessa forma também será possível identificar a ordem original dos tipos documentais oriundos dos procedimentos administrativos e da ação de suas atividades.

A identificação arquivística permite melhor compreensão sobre o contexto de produção e o reconhecimento dos documentos. Nesse sentido, o conhecimento arquivístico é produzido no momento da identificação revelando o vínculo arquivístico sobre o órgão produtor e seus documentos.

Considera-se ainda que pesquisas e estudos sobre identificação do órgão produtor em arquivos de cientistas são raros dentro do escopo da Arquivologia. Razão pela qual há uma contribuição significativa no estudo desse arquivo para a comunidade científica e para a mediação do arquivista na busca por metodologias eficazes.

## REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, Ramón. **Los archivos entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Ed. UOC, 2003.

BARBADILLO ALONSO, J. Apuntes de clasificación archivística. **Legajos**: Cuadernos de investigación archivística y gestión documental. Archivo Municipal de Priego de Córdoba, Córdoba, n. 10, p. 27-50, 2007.

BAUTIER, R. Leçon d'ouverture du cours de Diplomatique à l'École des Chartes. **Bibliothèque de l'École des Chartes**, Paris, tome 119, p. 194-225, 20 out. 1961. Disponível em: <https://www.persee.fr/collection/bec>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. 195, p. 9-17, 1982.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. Arquivo de Rio Claro. **Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, v.0, n.1, p.4-15, 1990.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 182, p. 18055-18059, 2 set. 1990. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=20/09/1990&totalArquivos=176>. Acesso em: 23 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26**, de 13 de maio de 2014. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026\\_13\\_05\\_2014.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026_13_05_2014.pdf). Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_fitoterapicos.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf). Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006.** Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde Brasileiro. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971\\_03\\_05\\_2006.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html). Acesso em: 15 maio. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa\\_nacional\\_plantas\\_medicinais\\_fitoterapicos.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapicos.pdf). Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 886, de 20 de abril de 2010.** Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), 2010. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt0886\\_20\\_04\\_2010.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt0886_20_04_2010.html). Acesso em 13 mar. 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto FHC, 2007.

CONDE VILLAYERDE, Maria Luisa *et al.* La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamerica: identico tratamiento para una misma realidad. In: Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación y Valoración de Fondos Documentales de las Administraciones Publicas, 1991. **Actas** da [...] Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1992. p. 15-19.

CONDE VILLAYERDE, Maria Luisa. **Manual de tratamiento de archivos administrativos.** Madrid: Dirección de Archivos Estatales, Ministerio de Cultura, 1992.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. **Publicações Técnicas**; nº 51

DICCIONARIO DE TERMINOLOGÍA ARCHIVÍSTICA. Comisión de Terminología de la Dirección de Archivos Estatales.- 2ª ed. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 1995. (*Normas técnicas de la Subdirección de Archivos Estatales*; 1).

HARPER, Peter. **Preserving scientific archives:** the work of the National Cataloguing Unit for the Archives of Contemporary Scientists. Rio de Janeiro: MAST, 2005. Disponível em: [http://www.mast.br/pt-br/publicacoes.html#letra\\_p](http://www.mast.br/pt-br/publicacoes.html#letra_p). Acesso em: 10 out. 2020.

HEREDIA HERRERA, Antonia. La identificación y la valoración documentales en la gestión administrativa de las instituciones públicas. **Boletín de la ANABAD**. v. 49, n. 1, p. 19-50, 1999. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=51133>. Acesso em: 05 nov. 2020.

LA TORRE MERINO, José Luis & MARTÍN-PALOMINO y BENITO, Mercedes. **Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes. S.G. de Información y Publicaciones, 2000. (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales).

MATOS, F. J. de Abreu. **Farmácias vivas**: sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método em archivística. **Documenta & Instrumenta** - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, v. 1, 2004, p. 35- 46. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A/19190>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MINISTERIO DE CULTURA DE ESPAÑA. **Diccionario de Terminología Archivística**. Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1993.

PEREIRA, J. B. A.; RODRIGUES, M. M.; MORAIS, I. R.; VIEIRA, C. R. S.; SAMPAIO, J. P. M.; MOURA, M. G.; DAMASCENO, M. F. M.; SILVA, J. N.; CALOU, I. B. F.; DEUS, F. A.; PERON, A. P.; ABREU, M. C., MILITÃO, G. C. G.; FERREIRA, P. M. P. O papel terapêutico do Programa Farmácia Viva e das plantas medicinais. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 17, n.4, p. 550-561, 2015. DOI: 10.1590/1983- 084X/14\_008.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico para a identificação de documento de arquivo**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf). Acesso em: 18 nov. 2020.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística como requisito metodológico do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 13., 2012. Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB; FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3687/2810>. Acesso em: 06 set. 2020.

RODRIGUES, Ana Célia; GARCIA, Nádia Dévaki Pena. A FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos: estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 18., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Glossário de espécie e tipos documentais em arquivos de laboratórios**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

TESSIER, Georges. **La diplomatique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

WELFELÉ, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 65-72, jan. /jun. 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The world medicines situation 2011: medicines prices, availability and affordability**. Geneva: World Health Organization, 2011. Disponível em: [http://hsrii.org/wp-content/uploads/2014/07/WMS\\_ch6\\_wPricing\\_v6.pdf](http://hsrii.org/wp-content/uploads/2014/07/WMS_ch6_wPricing_v6.pdf). Acesso em: 03 out. 2020.